

CURSO DE FORMAÇÃO DE SARGENTOS - MÉRITO INTELECTUAL.

EDITAL 003-2026/DP/CBMSC.

PROVA OBJETIVA - N.º 01.

Leia atentamente as INSTRUÇÕES:

ATENÇÃO: Informe o número da sua prova no cartão-resposta. O cartão-resposta que não contiver o número da prova, será corrigido pelo **gabarito 01**.

1. Na sala de provas não será permitido ao candidato usar óculos escuros e acessórios de chapelaria como boné, chapéu, gorro, cachecol, manta, luvas; entrar ou permanecer com armas, quaisquer dispositivos eletrônicos, tais como máquinas calculadoras, agendas eletrônicas, similares, telefones celulares, fones de ouvido, *smartphones*, *tablets*, iPod®, gravadores, *pen drive*, mp3 e similar, relógio, qualquer receptor, transmissor de dados e mensagens.
2. Caso o candidato esteja portando alguns dos aparelhos/equipamentos citados no item anterior, exceto armas de fogo, estes deverão ser acondicionados, desligados, em invólucro distribuído pelo fiscal de sala, sendo **acomodados embaixo de sua cadeira**, antes do início das provas, somente poderão ser removidos do invólucro, após a saída do candidato da sala de provas.
3. O descumprimento das determinações dos **itens 1 e 2**, implicará na exclusão do candidato, cabendo, neste caso, as medidas administrativas disciplinares.
4. Durante a realização da prova objetiva, o candidato somente poderá manter consigo, em lugar visível, os seguintes objetos: caneta esferográfica de tinta azul ou preta em material transparente, lápis, borracha, documento de identidade, alimentação em embalagem transparente e uma garrafa translúcida de água, sem rótulo.
5. Observe as orientações apresentadas no cartão-resposta. O mesmo não será substituído, salvo se contiver erro de impressão.
6. Verifique seus dados no cartão-resposta, (nome e número de inscrição) e **assine o mesmo**.
7. Preencha toda a área do cartão-resposta correspondente à alternativa de sua escolha, com caneta esferográfica, (tinta azul ou preta), sem ultrapassar as bordas. As marcações duplas, rasuradas, ou marcadas diferentemente do modelo estabelecido no cartão-resposta, serão anuladas.
8. Aguarde a autorização do fiscal para abrir o caderno de provas. Ao receber a ordem, confira-o com muita atenção. Nenhuma reclamação sobre o total de questões, ou falha de impressão, será aceita depois de iniciada a prova. Cabe apenas ao candidato a interpretação das questões, o fiscal não poderá fazer nenhuma interferência.
9. Confira se a sua prova tem **50 questões**, cada qual com **5 alternativas**.
10. A prova objetiva terá duração máxima de **04, (quatro) horas**. Não será fornecido tempo extra para preenchimento do cartão-resposta.
11. O candidato só poderá retirar-se do local de provas, após **01, (uma) hora**, a partir do efetivo início das mesmas.
12. **O candidato somente poderá levar o caderno de prova, após decorridas 02, (duas) horas, de realização da mesma.**
13. Os **03, (três) candidatos**, que terminarem a prova por último, deverão permanecer na sala, só poderão sair juntos, após o fechamento do envelope, contendo os cartões-respostas dos candidatos presentes e ausentes, assinarem no referido envelope, atestando que este foi devidamente lacrado.

BOA PROVA!

ASSUNTOS OPERACIONAIS.

1. No atendimento a ocorrências de resgate veicular, o dimensionamento de cena é um processo permanente que utiliza a técnica dos "dois círculos de avaliação". Sobre a execução correta desta técnica, assinale a alternativa verdadeira.

- a) Durante o dimensionamento, os socorristas, (APH), devem tocar, imediatamente, o veículo para iniciar o contato físico com a vítima.
- b) O R2 é o responsável por realizar o círculo externo, buscando por vítimas adicionais e identificando riscos periféricos.
- c) O círculo interno foca na área em torno do acidente, em um raio de 30 metros, para busca de destroços.
- d) O círculo interno deve ser realizado, exclusivamente, pelo Comandante da Operação, (CO), visando manter o controle tático.
- e) A inspeção interna de segurança é uma tarefa exclusiva do R2 durante o círculo externo.

2. Incêndio em um cômodo fechado apresenta fumaça densa de coloração marrom, saindo pelas frestas de forma pulsante, (movimento de "respiração") e janelas enegrecidas. Estes sinais clínicos indicam a iminência de qual fenômeno?

- a) Backdraft.
- b) Ignição dos gases do incêndio, (Fire gas ignition).
- c) Boover, (Boil over).
- d) Flashover.
- e) Combustão completa.

3. A técnica de combate, que consiste na aplicação de neblina de água em pulsos rápidos e controlados diretamente na camada de gases aquecidos, (fumaça), é denominada:

- a) Ventilação Hidráulica.
- b) Ataque Combinado.
- c) Ataque Tridimensional, (3D).
- d) Ataque Direto.
- e) Ataque Indireto.

4. No atendimento pré-hospitalar ao traumatizado, segundo o mnemônico XABCDE adotado pelo CBMSC, a prioridade absoluta, após a segurança da cena, deve ser o controle de:

- a) Respiração e oxigenação.
- b) Hipotermia e exposição total.
- c) Hemorragias externas graves, (Exsanguinação).
- d) Vias aéreas e estabilização cervical.
- e) Déficit neurológico, (Escala de Glasgow).

5. Uma vítima de queda apresenta abertura ocular ao estímulo de pressão, emissão de sons incompreensíveis, (gemidos) e flexão anormal, (decorticação), ao estímulo físico. Qual é a sua pontuação na ECG e a classificação de gravidade?

- a) 6 pontos - Lesão cerebral grave.
- b) 10 pontos - Lesão cerebral moderada.
- c) 9 pontos - Lesão cerebral moderada.
- d) 7 pontos - Lesão cerebral grave.
- e) 8 pontos - Lesão cerebral moderada.

6. Em incêndios estruturais, qual a principal forma de propagação de calor responsável por

transferir energia térmica para os andares superiores, através de escadas e poços de elevadores, utilizando o movimento de massas gasosas?

- a) Irradiação.
- b) Condução.
- c) Convecção.
- d) Pirólise.
- e) Reação Química em Cadeia.

7. Um paciente apresenta perda sanguínea estimada em 35%, frequência de pulso de 130 bpm, pressão arterial diminuída e estado mental de confusão. Segundo a classificação do PHTLS adotada pelo CBMSC, este paciente está em:

- a) Choque Classe III.
- b) Choque Classe II.
- c) Choque Compensado.
- d) Choque Classe IV.
- e) Choque Classe I.

8. No protocolo do CBMSC para montagem de estabelecimentos, o Estabelecimento Tipo II é caracterizado por qual configuração?

- a) 1 lance de adutora, 1 lance de linha de ataque da direita e 1 lance de linha de segurança.
- b) 1 lance de adutora, 1 lance de linha de ataque da direita e 1 lance de linha de ataque da esquerda.
- c) 2 lances de adutora e 2 lances de linha de ataque.
- d) Uma linha direta sem uso de divisor.
- e) 1 lance de adutora e 1 lance de linha de ataque da direita.

9. Uma vítima de afogamento é resgatada com muita espuma na boca e/ou nariz, apresentando pulso radial não palpável na avaliação da circulação. Qual é o grau de afogamento e a conduta imediata?

- a) Grau 2 – Oxigenoterapia a 5 L/min e repouso.
- b) Grau 5 – Iniciar 5 ventilações de resgate e RCP.
- c) Grau 6 – Reanimação cardiopulmonar imediata.
- d) Grau 3 – Oxigenoterapia a 15 L/min e transporte lateral para CTI.
- e) Grau 4 – Oxigenoterapia a 15 L/min e transporte lateral para CTI.

10. Em uma ocorrência de colisão frontal entre dois veículos leves, a guarnição do ASU-CBMSC chega ao local e identifica uma vítima no banco do condutor. Durante o dimensionamento da cena e a avaliação primária, o Comandante da Guarnição observa que a coluna "A" e o painel do veículo sofreram uma intrusão severa, resultando em ferragens que estão em contato físico direto e compressivo contra os membros inferiores da vítima, causando lesões visíveis e penetração de estruturas metálicas em tecidos moles, impedindo qualquer tentativa de extração sem o uso de ferramentas hidráulicas de desencarceramento.

Com base na Diretriz Operacional n.º 02, (Atendimento Pré-Hospitalar) e no modelo padronizado da Ficha de APH, esse cenário de encarceramento deve ser classificado e registrado como:

- a) Encarceramento Tipo II, dado que a vítima apresenta lesões causadas, especificamente, pelo contato físico direto ou penetração de estruturas do veículo em seu corpo.
- b) Encarceramento Sistêmico, termo utilizado quando as lesões traumáticas são decorrentes da compressão prolongada das ferragens contra o corpo do paciente.
- c) Encarceramento Mecânico, pois a deformação da estrutura do veículo impede a abertura das portas e a saída autônoma da vítima.
- d) Encarceramento por Obstrução Crítica, pois a integridade física da vítima está comprometida por

elementos externos ao habitáculo original.

e) Encarceramento Tipo I, visto que há a presença de lesões físicas e a necessidade de técnicas de desencarceramento para criar espaço para a extração.

DIREITO APLICADO À ATIVIDADE BOMBEIRO MILITAR.

11. Em relação à disciplina Introdução ao Estudo do Direito, marque a alternativa correta.

a) A importância da disciplina Introdução ao Estudo do Direito decorre, exclusivamente, do fato de propiciar aos estudantes a adaptação ao curso.

b) A Introdução ao Estudo do Direito não visa atender finalidades pedagógicas.

c) A Introdução ao Estudo do Direito é matéria de iniciação, que fornece ao estudante as noções fundamentais para a compreensão do fenômeno jurídico, podendo ser considerado em si, uma ciência.

d) Os conceitos gerais, como o de Direito, fato jurídico, relação jurídica, lei, justiça, segurança jurídica, por serem aplicáveis a todos os ramos do Direito, fazem parte do objeto de estudo da Introdução ao Estudo do Direito.

e) A disciplina Introdução ao Estudo do Direito visa fornecer ao iniciante uma visão global do Direito, que pode ser obtida através do estudo isolado dos diferentes ramos da árvore jurídica.

12. A Constituição Federal de 1988 atribuiu diversos serviços públicos à União, aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal. Qual das hipóteses é de competência dos Estados?

a) Explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei.

b) Manter o serviço postal e o correio aéreo nacional.

c) Explorar, diretamente, ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de telecomunicações, nos termos da lei.

d) Organizar e prestar diretamente, ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluindo o de transporte coletivo, que tem caráter essencial.

e) Executar os serviços de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras.

13. A ideia de responsabilidade civil está relacionada à noção de não prejudicar outro. A responsabilidade pode ser definida como a aplicação de medidas, que obriguem alguém a reparar o dano causado a outrem em razão de sua conduta. A obrigação de indenizar decorre da violação de um direito e da configuração do dano, que devem ocorrer concomitantemente. Assim temos que, inexistindo prejuízo, nenhuma indenização será devida, ainda que haja violação de um dever jurídico e configuração de dolo ou culpa. Com base nessas informações, escolha a alternativa verdadeira.

a) A relação ou nexo de causalidade é o liame existente entre a conduta humana e o dano, sendo prescindível à configuração da responsabilidade civil.

b) Os danos patrimoniais são aqueles decorrentes do abalo psíquico de uma pessoa.

c) A violação do direito pode ser acarretada por ação ou omissão do agente e irá gerar, comprovada a relação de causalidade entre a conduta e o prejuízo, a obrigação de reparar os danos sofridos, de ordem material e moral.

d) Os danos morais comportam o dano emergente, (efetiva diminuição do patrimônio do lesado) e o lucro cessante, (o que este deixou de ganhar).

e) A conduta do agente, (fato lesivo), só pode ser positiva, (ação), pela exteriorização da vontade humana, que reflete a liberdade de escolha do agente imputável, com discernimento necessário para ter consciência de sua atitude.

14. A inviolabilidade de domicílio, está prevista no art. 5º, XII, da CRFB/88. O texto constitucional traz, então, a garantia, (individual), de que ninguém terá seu domicílio violado. Por ser o referido

dispositivo regra que trata de direitos fundamentais, o seu próprio texto contempla as exceções que acabam por relativizar referido direito. Dessa forma, é possível se violar licitamente o domicílio, somente durante o dia, na seguinte hipótese:

- a) Em caso de flagrante delito.
- b) Com o consentimento do titular do direito.
- c) Por determinação judicial.
- d) Para prestar socorro.
- e) Em caso de desastre.

15. Território Nacional abrange todo o espaço em que o Estado exerce sua soberania: o solo, rios, lagos, mares interiores, baías, faixa do mar exterior ao longo da costa, (12 milhas) e espaço aéreo. Com base nessas informações, responda: pelo critério da territorialidade, em que caso é aplicável a Lei Penal Brasileira?

- a) Crime praticado no interior de aeronave ou embarcação estrangeira pública, em território nacional.
- b) Crime praticado no interior de aeronave ou embarcação brasileira pública, em território estrangeiro.
- c) Crime praticado no interior de aeronave ou embarcação brasileira privada, em território estrangeiro.
- d) Crime praticado no interior de aeronave ou embarcação estrangeira privada, em mar aberto.
- e) Crime praticado no interior de aeronave ou embarcação estrangeira pública, em mar aberto.

DIREITO MILITAR E PROCESSUAL MILITAR.

16. Em relação à competência para o julgamento de crimes envolvendo militares, identifique a alternativa verdadeira.

- a) Nos crimes entre militares estaduais do mesmo Estado, os casos em que o sujeito ativo e o sujeito passivo são militares estaduais — isto é, policiais militares ou bombeiros militares — pertencentes ao mesmo Estado e à mesma instituição, (por exemplo, PM contra PM ou CBM contra CBM), ou ainda ao mesmo Estado, mas instituições diferentes, (por exemplo, PM contra CBM), a competência para o julgamento é da Justiça Militar Federal.
- b) A competência para o julgamento de crimes envolvendo militares sempre será da Justiça Militar, independentemente das corporações envolvidas, (federais ou estaduais) e a relação entre os sujeitos ativo e passivo da infração penal.
- c) Os crimes entre militares federais e estaduais, nas hipóteses em que o crime tenha como sujeito ativo integrante das Forças Armadas, (militar federal) e Sujeito passivo policial militar ou bombeiro militar, (militar estadual), ou vice-versa, haverá crime militar. Nesses casos será julgado pela Justiça Militar, (estadual ou federal, conforme o caso concreto).
- d) A infração penal, praticada entre um militar federal e um estadual, não será considerada crime militar e escapará da competência da Justiça Militar.
- e) Os crimes entre militares estaduais de estados diferentes, quando o crime envolve militares, (por exemplo, um policial militar de São Paulo cometendo crime contra um policial militar do Rio de Janeiro), o entendimento jurisprudencial consolidado é o de que a competência para o julgamento será da Justiça Militar Estadual do Estado de origem do sujeito passivo. Ou seja, o foro competente será o da unidade federativa a que pertence o militar que sofreu a infração.

17. De acordo com o Código Penal Militar, as penas estão classificadas em principais e acessórias. As principais são: morte, considerada pela doutrina como pena corporal de privação da vida; reclusão, detenção, prisão e impedimento, tidas como privativas da liberdade, pois afastam o criminoso do convívio social. Qual é a pena que sujeita o condenado a permanecer no recinto da unidade, sem prejuízo da instrução militar?

- a) Reclusão.
- b) Prisão simples.

- c) Detenção.
- d) Impedimento.
- e) Limitação de fim de semana.

18. Em relação ao inquérito policial militar, qual é a alternativa correta?

- a) O inquérito policial militar é a apuração sumária de fato, que nos termos legais configure crime militar, e de sua autoria. Tem o caráter de instrução provisória, cuja finalidade precípua é a de ministrar elementos necessários à propositura da ação penal.
- b) A natureza jurídica deste sistema é jurídica, tendo em vista de que o Corpo de Bombeiros Militar é um órgão da administração pública, que está dotado de poder jurisdicional.
- c) Independentemente de flagrante delito, o indiciado poderá ficar detido, durante as investigações policiais, até quinze dias, comunicando-se a detenção à autoridade judiciária competente.
- d) O inquérito policial militar deverá terminar dentro de trinta dias, se o indiciado estiver preso, contados a partir do dia em que se executar a ordem de prisão; ou no prazo de sessenta dias, quando o indiciado estiver solto, contado esse prazo da data da instauração do inquérito.
- e) O inquérito policial militar é indispensável, pois a denúncia só poderá ser oferecida com base nele.

19. As medidas de segurança são sanções penais de caráter preventivo. Com base nessa informação, marque a alternativa correta.

- a) As medidas de segurança detentivas compreendem o tratamento ambulatorial, a interdição de licença para direção de veículos motorizados, o exílio local e a proibição de frequentar determinados lugares.
- b) As medidas de segurança patrimoniais compreendem a interdição de estabelecimento, sede de sociedade ou associação e o confisco.
- c) As medidas de segurança são, exclusivamente, pessoais.
- d) As medidas de segurança não detentivas compreendem a internação em estabelecimento de custódia e tratamento ou em seção especial de estabelecimento penal.
- e) As medidas de segurança são aplicáveis, exclusivamente, aos indivíduos inimputáveis.

20. A suspensão condicional da pena, trata-se de um instituto de política criminal, tendo por fim a suspensão da execução da pena privativa de liberdade, evitando o recolhimento ao cárcere do condenado. Com base nessas informações, aponte a alternativa correta.

- a) A suspensão condicional da pena se estende à pena acessória.
- b) É causa de revogação facultativa da suspensão condicional da pena se, no curso do prazo, o beneficiário é condenado por crime doloso, na Justiça Militar ou na Justiça Comum, por sentença irrecorrível.
- c) É causa de revogação facultativa da suspensão condicional da pena se, no curso do prazo, o beneficiário não efetue, sem motivo justificado, a reparação do dano.
- d) A suspensão condicional da pena não se aplica ao condenado por crime cometido em tempo de guerra.
- e) A suspensão condicional da pena exclui a aplicação de medida de segurança não detentiva.

DIRETRIZES OPERACIONAIS.

21. No contexto do Sistema de Comando em Operações, (SCO), a organização dos recursos é fundamental para a eficiência da resposta. Sobre as definições de recursos, marque a alternativa correta.

- a) Comando Unificado deve ser aplicado, exclusivamente, quando o evento possui afinidade com apenas uma organização específica.

- b) Força-Tarefa, (FT), define-se como a combinação de diferentes recursos únicos, constituída para uma tarefa tática específica, sob supervisão de um líder.
- c) Recursos Disponíveis são aqueles que foram mobilizados, mas ainda não chegaram ao local do evento
- d) Equipe de Intervenção, (ou *Strike Team*), é qualquer combinação de diferentes recursos únicos para uma tarefa específica.
- e) Recurso Único é a combinação de recursos do mesmo tipo, agrupados para uma tarefa tática sob supervisão de um líder.

22. Durante o dimensionamento de um incêndio estrutural, o Comandante da Operação, (CO), deve decidir a estratégia de ataque. Com base na evolução do incêndio e nas diretrizes da Dtz Op nº 14, indique a alternativa verdadeira.

- a) Se houver vítimas confirmadas no interior, o CO deve, obrigatoriamente, adotar a estratégia defensiva para preservar a guarnição.
- b) Na estratégia defensiva, o foco principal é o ataque interior rápido e agressivo para evitar a propagação.
- c) A estratégia ofensiva é a mais adequada quando o incêndio encontra-se entre as etapas 1 a 4 da evolução.
- d) A estratégia marginal deve ser adotada quando o incêndio está, totalmente, em chamas, (Etapa 07).
- e) A estratégia ofensiva é sugerida para as etapas 5 e 6 da evolução do sinistro.

23. Sobre a Ficha de APH e os procedimentos de registro e recusa de atendimento, conforme a Dtz Op n.º 02, é correto afirmar:

- a) A ficha de APH pode ser alterada livremente por qualquer Comandante de Batalhão, para se adequar à realidade local.
- b) O campo "Observações" é de preenchimento proibido para o registro de pertences da vítima.
- c) A ficha de APH deve ser preenchida em via única, que permanecerá arquivada na OBM.
- d) O "Termo de Recusa" deve ser assinado pela vítima quando ela decide não ser transportada, o que isenta a guarnição de responsabilidade pelos riscos advindos dessa decisão.
- e) Caso o paciente seja entregue no hospital, não há necessidade de colher assinatura do profissional que o recebeu.

24. A Dtz Op n.º 29 estabelece normas rígidas para o registro nos sistemas E-193. Sobre o fechamento de ocorrências, determine a alternativa correta.

- a) Uma ocorrência iniciada como "Acidente de Trânsito" pode ser encerrada com essa mesma natureza.
- b) Atividades de vistoria de rotina da seção de SCI devem ser registradas como "Risco Potencial" no E-Bombeiro.
- c) O uso do aplicativo Firecast CBMSC é facultativo para guarnições que possuam rádio HT em perfeitas condições.
- d) Ocorrências de tentativa de suicídio devem ser registradas sob a natureza "Salvamento/Busca/Resgate" no sistema de despacho para evitar identificação pública.
- e) Se a guarnição realizou o desencarceramento de uma vítima em acidente veicular, a natureza de fechamento deve ser "Atendimento Pré-Hospitalar".

25. Quanto às competências de Coordenação e Comando nas operações do CBMSC, analise as proposições e escolha a correta.

- a) Em situações críticas de desastre com abrangência estadual, a coordenação deve ser feita por equipe designada pelo Subcomandante-Geral.
- b) A coordenação geral do serviço de APH e de Combate a Incêndio compete ao Comandante-Geral do

CBMSC.

- c) O Comandante da guarnição de APH, se for bombeiro militar, pode delegar a função de comando para um bombeiro comunitário mais experiente.
- d) A instalação de um Posto de Comando (PC) é facultativa em operações onde se utiliza o SCO, dependendo do vulto da ocorrência.
- e) No SCO, o Comando Único é a melhor modalidade quando o evento exige a atuação igualitária de várias agências independentes.

LEGISLAÇÃO E REGULAMENTOS.

26. A Lei Complementar n.º 724/2018 define o Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina como uma instituição militar permanente, organizada com base na hierarquia e disciplina, sendo também força auxiliar e reserva do Exército Brasileiro. Além disso, estabelece suas competências institucionais, como a realização de perícias de incêndio, atendimento pré-hospitalar e atuação direta na segurança pública, sempre subordinado ao Governador do Estado e vinculado à estrutura da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Acerca da finalidade e competência do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, (CBMSC), conforme a Lei Complementar n.º 724/2018, (com redação da LC 885/2025), assinale a alternativa correta.

- a) A competência de realizar o atendimento pré-hospitalar é exclusiva do SAMU, cabendo ao CBMSC apenas o apoio logístico.
- b) O CBMSC é subordinado diretamente à Secretaria de Estado da Fazenda para fins de arrecadação de taxas.
- c) Compete ao CBMSC realizar perícias de incêndio e de áreas sinistradas apenas quando solicitado pela Polícia Civil.
- d) O CBMSC é uma instituição civil, mas organizada com base na hierarquia e disciplina militares.
- e) O CBMSC é uma instituição militar permanente, força auxiliar e reserva do Exército, comandada por Oficial da ativa do último posto do QOEMBM.

27. A estrutura organizacional básica do CBMSC é dividida em diferentes tipos de órgãos, como direção geral, direção setorial, assessoramento, apoio, execução e correição. Os órgãos de assessoramento têm a função de prestar suporte direto ao comando, auxiliando na tomada de decisões estratégicas, incluindo áreas como comunicação, inteligência, controle interno e assessoramento jurídico.

No que se refere à Estrutura Organizacional Básica do CBMSC, de acordo com a Lei Complementar n.º 724/2018, (atualizada pela LC 885/2025), indique a alternativa que apresente apenas Órgãos de Assessoramento.

- a) Centro de Ensino Bombeiro Militar e Juntas de Inspeção de Saúde.
- b) Batalhões, Companhias e Pelotões.
- c) Ajudância-Geral, Assessoria Jurídica e Controladoria Interna.
- d) Comando-Geral, Subcomando-Geral e Corregedoria-Geral.
- e) Diretoria de Pessoal, Diretoria de Logística e Finanças e Diretoria de Saúde.

28. A Corregedoria-Geral do CBMSC é o órgão responsável por exercer funções correicionais, atuando na prevenção e apuração de desvios de conduta no âmbito disciplinar e penal militar. Subordinada, diretamente ao Comandante-Geral, possui competências específicas, inclusive quanto à substituição excepcional na cadeia de comando, respeitando os limites legais estabelecidos para sua atuação.

Sobre o Órgão de Correição, (Corregedoria-Geral), nos termos da Lei Complementar n.º

724/2018 e LC n.º 885/2025, determine a alternativa verdadeira.

- a) O Corregedor-Geral responderá pelo Comando-Geral do CBMSC na ausência das autoridades superiores, (Comandante, Subcomandante e Chefe do EMG).
- b) A Corregedoria-Geral é vinculada, tecnicamente, ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina.
- c) A Corregedoria-Geral destina-se apenas à apuração de crimes comuns praticados por militares em folga.
- d) O cargo de Corregedor-Geral pode ser exercido por um Major do Quadro de Oficiais de Saúde.
- e) O Corregedor-Geral possui competência para aplicar sanções disciplinares a todos os bombeiros militares, incluindo o Comandante-Geral.

29. A Lei Complementar n.º 801/2022 regula as formas de promoção das praças no CBMSC, estabelecendo critérios como antiguidade, merecimento, bravura, merecimento intelectual e outros. Dentre esses, o merecimento intelectual está diretamente vinculado ao desempenho acadêmico e à conclusão com aproveitamento em cursos de formação e aperfeiçoamento, como o Curso de Formação de Sargentos.

De acordo com a Lei Complementar n.º 801/2022, que dispõe sobre a promoção de praças, assinale o critério de promoção que ocorre especificamente após a conclusão com aproveitamento do Curso de Formação de Sargentos, (CFS).

- a) Merecimento Intelectual.
- b) Antiguidade.
- c) Bravura.
- d) Requerimento.
- e) Merecimento.

30. O Processo Administrativo Disciplinar, (PAD), regulamentado pelo R-4 no âmbito do CBMSC, estabelece normas quanto à apuração de infrações disciplinares, garantindo o devido processo legal. Entre seus aspectos fundamentais estão os prazos processuais, a ordem dos atos da instrução, o direito à ampla defesa e contraditório, além da exigência de autoridade processante hierarquicamente superior ao acusado.

Sobre o processo administrativo disciplinar, (PAD), no CBMSC, conforme o Regulamento R-4, marque a alternativa correta quanto aos prazos.

- a) O interrogatório do acusado deve ser o primeiro ato da fase de instrução.
- b) A autoridade processante deve ser sempre de posto inferior ao do acusado para garantir a imparcialidade.
- c) Após a citação, o acusado tem 24 horas para apresentar sua defesa prévia.
- d) O prazo para conclusão é de 45 dias, podendo ser prorrogado, excepcionalmente, até o limite total de 120 dias.
- e) O prazo para conclusão do PAD é de 30 dias improrrogáveis.

31. O Estatuto dos Militares Estaduais, (Lei n.º 6.218/1983), estabelece critérios para organização da hierarquia e precedência entre militares. A precedência determina a posição relativa entre militares do mesmo posto ou graduação, sendo baseada, principalmente, na antiguidade, que é definida por regras específicas como data de promoção e outros critérios legais, podendo haver exceções em situações de precedência funcional.

Conforme o Estatuto dos Militares Estaduais, (Lei nº 6.218/1983), a precedência entre militares da ativa do mesmo grau hierárquico é assegurada:

- a) Pela antiguidade no posto ou graduação, ressalvados casos de precedência funcional.
- b) Pela idade, sendo o mais jovem o mais antigo.
- c) Pela ordem alfabética do nome de guerra.
- d) Pelo número de medalhas de mérito intelectual recebidas.

e) Exclusivamente pela nota do concurso público de ingresso, independentemente do tempo de serviço.

32. O uso de uniformes no CBMSC é regulamentado pelo Decreto n.º 2.497/2004, que estabelece regras sobre composição, utilização e situações permitidas ou proibidas. Além disso, o Estatuto dos Militares Estaduais prevê restrições quanto ao uso do uniforme, especialmente em contextos que possam comprometer a neutralidade institucional, como manifestações de cunho político-partidário.

Quanto ao uso de uniformes no CBMSC, segundo o Regulamento de Uniformes, (Decreto n.º 2.497/2004) e o Estatuto, assinale a assertiva que descreva uma proibição expressa.

- a) Usar camiseta de malha vermelha por baixo do fardamento administrativo.
- b) O uso de espada por Oficiais em atos cívicos e desfiles.
- c) O uso de uniformes em reuniões ou manifestações de caráter político-partidário.
- d) O uso de gorro sem pala, (bibico), com o uniforme administrativo.
- e) Usar o uniforme para comparecer a solenidades militares quando na reserva remunerada.

33. O Regulamento Disciplinar dos Militares Estaduais, (RDME/R-3), estabelece normas sobre conduta e disciplina, incluindo a classificação das transgressões disciplinares. Essa classificação é essencial para a aplicação proporcional das sanções, considerando a gravidade da conduta e seus efeitos sobre a disciplina e a hierarquia militar.

No âmbito do Regulamento Disciplinar, (RDME/R-3), as transgressões disciplinares são classificadas em:

- a) Irrelevantes e Relevantes.
- b) Atuantes e Omissas.
- c) Leves, Médias e Graves.
- d) Administrativas, Cívicas e Penais.
- e) Primárias e Reincidentes.

34. O serviço voluntário de Bombeiro Comunitário, (BC), é regulamentado pela Lei n.º 17.202/2017 e pelo Decreto n.º 1.667/2022, estabelecendo que se trata de atividade voluntária, sem vínculo empregatício com o Estado. O ingresso exige requisitos mínimos e a atuação ocorre sob supervisão de bombeiros militares, com direitos e deveres específicos, incluindo a disponibilização de benefícios previstos em norma.

Sobre o serviço voluntário de Bombeiro Comunitário, (BC), conforme a Lei n.º 17.202/2017 e o Decreto n.º 1.667/2022, identifique a alternativa certa.

- a) Para ingressar no curso, o interessado deve ter no mínimo 21 anos.
- b) Os BCs são dispensados de supervisão por militares durante as ocorrências.
- c) É disponibilizado seguro-saúde a todos os BCs independentemente de sua vontade.
- d) O BC possui vínculo empregatício com o Estado de Santa Catarina.
- e) O BC pode utilizar o uniforme de passeio, (3º uniforme), dos oficiais.

35. A Lei Complementar n.º 801/2022 estabelece os critérios para promoção de praças no CBMSC, incluindo requisitos como interstício mínimo em cada graduação. O interstício corresponde ao tempo mínimo que o militar deve permanecer em determinada graduação antes de poder concorrer à promoção, variando conforme o posto ocupado.

De acordo com a Lei Complementar n.º 801/2022, o interstício mínimo para que um 3º Sargento possa concorrer à promoção à graduação de 2º Sargento é de:

- a) 7 anos.
- b) 2 anos.
- c) 5 anos.

- d) 4 anos.
- e) 3 anos.

MANUAIS ADMINISTRATIVOS.

36. O _____ é um guia para que um evento transcorra de forma organizada, cumprindo os _____, em uma sequência lógica, conforme os atos que o compõem. O Protocolo é a regra de _____ para evitar constrangimento em cerimônias, como precedência, formas de tratamento, honras militares, posição de autoridades e bandeiras, etc. O Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, (CBMSC), através da Portaria _____, de 5 de março de 2008, adotou os regulamentos afetos, diretamente a seu manual, conforme descrito em seu art. 1º. Indique a opção que preencha as lacunas, corretamente.

- a) Manual - comandos - conduta - N.º 41
- b) Manual - protocolos - conduta - N.º 40
- c) Cerimonial - comandos - conduta - N.º 41
- d) Cerimonial - protocolos - comando- N.º 42
- e) Cerimonial - protocolos - conduta - N.º 40

37. A precedência é fundamental em uma cerimônia e quer dizer que alguém ou algo tem prioridade/preferência em uma sequência disponível. Com relação à precedência, marque a alternativa correta.

- a) A precedência nunca é dada ao representante do Presidente, Governador e Chefes dos Poderes, nem aos representantes militares .
- b) Quando uma autoridade se faz representar em solenidade ou cerimônia, seu representante tem a precedência correspondente à autoridade que está representando.
- c) Quando uma autoridade se faz representar em solenidade ou cerimônia, seu representante tem lugar de destaque, mas não a precedência correspondente à autoridade que está representando.
- d) Em eventos estaduais o chefe do Estado-Maior Geral representando o Comandante-Geral, terá sua posição, (precedência), mesmo que o Governador esteja presente.
- e) A precedência entre os militares estaduais é determinada pelo Estatuto dos Militares Estaduais, em Santa Catarina, através da Lei Estadual n.º 9.512, de 10 de fevereiro de 1981.

38. Os bombeiros militares, comunitários, guarda-vidas e funcionários civis, são todos participantes do processo de preservação e manutenção da imagem do _____, sendo difusores, por excelência, dos valores da Instituição. A _____ pessoal, postura, conduta em todas as situações refletem na imagem da instituição, estimulando e exigindo, atitudes de respeito, credibilidade e admiração perante a _____. O _____ tem uma grande responsabilidade no processo. Todos os militares, fardados ou não, precisam compreender seu papel como agente fundamental da comunicação institucional do CBMSC. A postura dos integrantes é refletida diretamente na imagem do CBMSC, uma vez que existe uma linha tênue entre a _____ pessoal do colaborador com a consolidada pela instituição. Qual alternativa preenche as lacunas, corretamente?

- a) Estado - apresentação - sociedade - cidadão - vida
- b) CBMSC - apresentação - sociedade - cidadão - vida
- c) Estado - vida - corporação - militar - opinião
- d) CBMSC - apresentação - sociedade - militar - opinião
- e) CBMSC - apresentação - corporação - cidadão - vida

39. Conforme o manual de correio eletrônico e telefonia vigente no CBMSC, quais são os tipos

de conta de correio eletrônico?

- a) Gmail e Gov.
- b) Pessoal e funcional.
- c) Militar e civil.
- d) Corporativa e pública.
- e) Privada e pública.

40. De acordo com o Manual de Redação e Documentos do CBMSC, quando digo que, o ato de transmitir aos escalões inferiores decisões de efeito interno, seja quanto às atividades que são desenvolvidas, seja quanto à vida funcional dos servidores, emitidos pelo CmtG ou delegado por ele e pelos comandantes nos procedimentos administrativos previstos, publicado no CBMSC e DOE, estou me referindo a qual ato administrativo?

- a) Portaria.
- b) Decreto.
- c) Instrução Normativa.
- d) Circular.
- e) Resolução.

SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO.

41. Conforme previsto no art. 5º, da Lei n.º 16.157, a definição dos sistemas e das medidas de segurança contra incêndio e pânico em uma edificação deve considerar determinados parâmetros mínimos. Assinale a alternativa que apresente, corretamente, todos os parâmetros a serem considerados.

- a) Ocupação, capacidade de lotação, altura decrescente da edificação, carga média de incêndio e riscos especiais físico-químicos.
- b) Altura, população potencialmente exposta, riscos físico-químicos e área total da edificação.
- c) Ocupação, capacidade de lotação, altura, área total construída, carga de incêndio e riscos especiais.
- d) Altura, riscos especiais, lotação máxima da edificação e quantidade de pavimentos.
- e) Ocupação, área construída, número de pavimentos, tipo estrutural e tempo de resposta do Corpo de Bombeiros.

42. O Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, (CBMSC), pode emitir diferentes tipos de atestados relacionados à regularização de imóveis e atividades.

Com base no art. 41, da IN 01 - Parte 01, marque a alternativa que não corresponda a um tipo de atestado emitido pelo CBMSC.

- a) Atestado para funcionamento.
- b) Atestado para habite-se.
- c) Atestado para funcionamento de eventos temporários.
- d) Atestado para construção, reforma ou ampliação de imóveis.
- e) Atestado de conformidade elétrica.

43. A Instrução Normativa 01 - Parte 01, estabelece critérios específicos para a substituição do Projeto de Prevenção e Segurança Contra Incêndio e Pânico, (PPCI).

Nesse contexto, determine a alternativa que descreva, devidamente, uma situação em que essa substituição se faz necessária.

- a) Quando houver necessidade de complementação de informações documentais, sem alterações técnicas no PPCI aprovado.
- b) Sempre que, em decorrência de diversas ampliações ou alterações, houver acúmulo de plantas e

documentos que dificultem a compreensão, a utilização e a fiscalização por parte do SSCI, cabendo a decisão para substituição do PPCI ao Chefe do SSCI.

c) Quando o imóvel estiver em processo de renovação de atestado de funcionamento, independentemente de alterações no projeto aprovado.

d) Quando houver ampliação de área ou mudança de ocupação, independentemente da exigência de novos sistemas ou medidas de segurança contra incêndio.

e) Alteração nas características de armazenamento, (leiaute, carga de incêndio, entre outros), que não implique na adoção de novos SSMCI, ou no seu redimensionamento;

44. No âmbito da IN 1 - Parte 2, diversas terminologias técnicas são definidas para padronizar os conceitos utilizados na área de segurança contra incêndio.

Com base nessas definições, identifique a alternativa que apresente, corretamente, o significado de um desses termos.

a) Mezanino: pavimentos que subdividem parcialmente um andar e cuja somatória não ultrapasse um terço da área do pavimento do andar subdividido.

b) Edificação térrea: construção com apenas um pavimento, sendo vedada a existência de mezanino.

c) Subsolo: pavimento abaixo do nível do solo, não sendo considerado subsolo o pavimento que possuir ventilação natural para o exterior superior a 0,016 m² para cada m³ de ar do compartimento e que tenha sua laje de cobertura acima de 1,10 m do perfil do terreno.

d) Compartimentação: medida de proteção ativa destinada a dificultar a propagação do incêndio entre blocos e/ou áreas compartimentadas, seja por meio de paredes de compartimentação ou por meio dos demais elementos construtivos e de vedação previstos nas NSCI.

e) Isolamento de risco: medida de proteção ativa destinada a evitar a propagação do incêndio entre blocos e/ou áreas isolados, seja por meio de parede corta-fogo ou pelo afastamento entre edificações.

45. Nos termos do art. 15, da IN 01 - Parte 2, do CBMSC, no caso de caldeiras instaladas em ambiente confinado, ("Casa de Caldeiras"), qual alternativa apresenta, corretamente, uma exigência normativa?

a) A Casa de Caldeiras pode compartilhar mais de uma parede com outras instalações, desde que construída em material resistente ao fogo.

b) A Casa de Caldeiras deve dispor de ventilação permanente, com entradas de ar que não possam ser bloqueadas.

c) A Casa de Caldeiras deve possuir apenas uma saída, desde que seja ampla e sinalizada.

d) A Casa de Caldeiras não necessita de sistema de iluminação de emergência, desde que possua iluminação natural suficiente.

e) A Casa de Caldeiras pode ser utilizada para armazenamento de materiais, desde que não inflamáveis.

46. As disposições contidas nos arts. 30 a 34, da IN 02, do CBMSC, disciplinam aspectos relacionados à aplicação da multa, seus prazos e efeitos, no âmbito das Normas de Segurança Contra Incêndio, (NSCI).

À luz dessas regras, assinale a alternativa correta.

a) A multa não quitada impede a concessão de atestado de funcionamento ou de edificação em regularização.

b) O prazo máximo para correção das irregularidades após aplicação da multa é de 90 dias, sendo fixo e improrrogável.

c) A multa aplicada deve ser paga em até 60 dias, contados da data da notificação, sob pena de cancelamento automático do processo.

d) O pagamento da multa exime o infrator do cumprimento das exigências das NSCI e suspende automaticamente eventuais interdições ou embargos.

e) O não pagamento da multa até o final do ano corrente, implica inscrição do devedor em dívida ativa, conforme legislação específica.

47. O art. 20, da IN 05, do CBMSC, estabelece critérios para a classificação dos Sistemas de Medidas de Segurança Contra Incêndio, (SMSCI), nas edificações.

Com base nesse dispositivo, assinale a alternativa certa.

- a) Os Sistemas de Medidas de Segurança Contra Incêndio, (SMSCI), são classificados em dois tipos: ativos e passivos.
- b) Os SMSCI são classificados em quatro tipos: vital, indispensável, complementar e provisório.
- c) Os SMSCI aplicam-se apenas a edificações novas, não sendo exigidos para edificações existentes.
- d) Todos os SMSCI, independentemente da ocupação ou tipo de edificação, são classificados em vital, indispensável e adequável.
- e) A classificação dos SMSCI varia, exclusivamente, em função da altura da edificação, não considerando a ocupação.

48. Os arts. 18 e 19, da IN 02, do CBMSC, estabelecem as hipóteses de aplicação de penalidades, incluindo a advertência, conforme a natureza da infração cometida.

Considerando-se essas disposições, assinale a alternativa que corresponda a uma situação passível de aplicação de advertência ao infrator.

- a) Obstruir saídas de emergência, comprometendo o abandono seguro da edificação.
- b) Instalar sistema preventivo contra incêndio em desacordo com o projeto aprovado, gerando risco imediato.
- c) Não divulgar os procedimentos de emergência em apresentações musicais, eventos esportivos, salas de cinema, casas de dança, boates e similares.
- d) Utilizar materiais altamente inflamáveis sem qualquer medida de controle ou proteção contra incêndio.
- e) Executar obra sem aprovação prévia do PPCI, caracterizando risco grave e iminente à segurança.

49. Tendo em vista as atribuições previstas no art. 34, da Diretriz Operacional 26, do CBMSC, que tratam das competências e procedimentos do setor de vistoria e de seus integrantes, assinale a alternativa correta.

- a) A emissão de Auto de Infração é obrigatória sempre que houver qualquer irregularidade constatada, independentemente, de autorização da Autoridade BM ou dos pressupostos previstos nas NSCI.
- b) As vistorias ex-officio decorrentes de demandas do setor cartorário somente podem ser realizadas após requerimento formal do responsável pelo imóvel.
- c) Em vistorias ex-officio para conferência de prazo de poder de polícia, o relatório deve apenas indicar se a edificação está regular ou irregular, sem necessidade de detalhar a situação de cada sistema.
- d) Antes de realizar a vistoria no local, o setor de vistoria deve conferir a documentação obrigatória exigida pelas Instruções Normativas de todos os protocolos que estiverem em sua fila de trabalho.
- e) Nas vistorias de denúncia, o vistoriador deve restringir-se, exclusivamente, ao item denunciado, sendo dispensada a verificação dos demais sistemas preventivos da edificação e IRV de vistoria para funcionamento.

50. O art. 90, da Diretriz Operacional 26, do CBMSC, estabelece regras específicas quanto aos prazos, condições e procedimentos para a renovação dos atestados de funcionamento e de regularização. Nesse contexto, assinale a alternativa correta.

- a) A renovação dos atestados deve ser solicitada somente após o vencimento, sendo vedada a solicitação antecipada.
- b) Para todas as edificações, inclusive as classificadas como Risco V, a renovação ocorre por autodeclaração, sem necessidade de fiscalização prévia.

- c) Quando a solicitação de renovação for realizada até o limite de nove meses após o vencimento, o novo atestado terá vigência de um ano a partir da compensação bancária da solicitação.
- d) A renovação dos atestados deve ser solicitada apenas no mês exato do vencimento, não sendo admitida antecedência.
- e) Caso a solicitação de renovação seja feita após dez meses do vencimento, o novo atestado terá vigência de um ano a partir da compensação bancária da nova solicitação.

RASCUNHO.